

Centro e periferia da biblioteca lusógrafa. A literatura de Macau no sistema literário em língua portuguesa*

Center and periphery of the Portuguese language library. Macau literature in the Portuguese language literary system

Micaela Ramon

ELACH/CEHUM, Universidade do Minho
micaelar@elach.uminho.pt
ORCID: 0000-0003-2193-4075

RESUMO

Língua pluricêntrica e partilhada por diferentes povos que a têm como sua, o português é o idioma escolhido por uma vasta comunidade de escritores para nele vazarem a sua criatividade literária. A partir das suas produções se vem constituindo um cânone lusógrafa em cujo centro se situam as literaturas brasileira e portuguesa, às quais se juntam paulatinamente as literaturas das nações africanas de língua oficial portuguesa. Nas margens desta comunidade, ficam as literaturas asiáticas em português, mormente a macaense, cujos autores e obras estão remetidos aos lugares menos acessíveis da *biblioteca lusógrafa*.

Neste artigo, discutem-se questões relacionadas com a constituição de um cânone lusógrafa, colocando a ênfase sobre o lugar relativo que a literatura de Macau aí pode ocupar e sobre o seu contributo para o prestígio do português enquanto língua de arte e de cultura.

PALAVRAS-CHAVE

Língua portuguesa, texto literário, autores lusógrafos, cânone, literatura de Macau.

ABSTRACT

Portuguese is a pluricentric language shared by different peoples who have it as their own. It is the language chosen by a vast community of writers who channel their literary creativity into it. From all that has been produced, a canon of Portuguese writing has been established, at the center of which are the Brazilian and Portuguese literatures. Literatures of African nations, whose official language is Portuguese, are gradually being added. On the fringe of this community are Asian literatures in Portuguese, principally from Macau, whose authors and works are attributed less accessible places in the *Lusographic library*.

This article discusses issues related to the constitution of a canon of Portuguese literature, emphasizing the relative place that works from Macau can occupy and their contribution to the prestige of Portuguese as a language of art and culture.

KEYWORDS

Portuguese language, literary text, Lusograph authors, canon, literature from Macao.

* Este artigo retoma parcialmente temática abordada em comunicação oral apresentada no II Congresso Internacional "Diálogos Interculturais Portugal-China", realizado na Universidade de Aveiro, em março de 2019, desenvolvendo-a e complementando-a a partir de novos dados de investigação.

1. O português como língua pluricêntrica de arte e de cultura

É frequente recorrer-se à utilização do adjetivo *pluricêntrico/a* para qualificar a língua portuguesa, idioma que, sendo originário de uma diminuta comunidade de falantes concentrados num pequeno país europeu periférico, se disseminou pelos demais continentes, afirmando-se atualmente no panorama mundial como um instrumento de comunicação de caráter global e em franca expansão.

Como consequência da repartição da língua portuguesa pelos diversos contextos sociogeográficos a que se aclimatou, surgiram as diferentes variedades nacionais que hoje lhe garantem precisamente o estatuto de língua pluricêntrica. De facto, entende-se por língua pluricêntrica aquela que tem “vários centros de interação, cada qual estabelecendo uma variedade nacional com pelo menos algumas de suas normas codificadas” (Reis, 2016, p. 17). No caso do português, as normas estabelecidas e reconhecidas são o português europeu e o português brasileiro, prevendo-se que outras se lhes venham a juntar, emergindo do(s) contexto(s) africano(s). Porém, as variedades nacionais das línguas pluricêntricas raramente gozam de estatuto equivalente, afirmando-se, pelo contrário, umas como de maior prestígio do que outras.

Múltiplos são os fatores que determinam tais discrepâncias. Mas um que certamente contribui para tal prende-se com a maior ou menor capacidade de afirmação de cada variedade em termos de usos artísticos e culturais que se consolidam no âmbito dos diferentes sistemas literários. Na verdade, entre língua e literatura estabelece-se uma relação de implicação bidirecional, pois se, por um lado, a literatura, enquanto forma verbal de expressão artística, se serve dos recursos de uma dada língua natural, utilizando-os de forma criativa e desautomatizada, por outro, a norma dessa mesma língua é muitas vezes fixada a partir dos *bons*

¹ Reto *et alii*, em obra recentemente publicada, ao reconstituírem o percurso histórico da língua portuguesa, afirmam o seguinte: “Não deixa de ser paradoxal constatar que uma língua tão frágil e com uma autonomia e identidade tão recentes se transforme, por via das descobertas marítimas, na primeira língua franca internacional em muito poucos anos. [...] É preciso ainda lembrar, para melhor se contextualizar esta façanha linguística, que no século XV a população portuguesa contava com pouco mais de 1 milhão de pessoas [...]” (Reto *et alii*, 2020, pp. 25-26).

² Luana Moreira Reis aponta os seguintes: “as variedades dominantes costumam ser as variedades dos países em que a língua se originou. Na maioria dos casos são também as que têm um país poderoso e de grande população como suporte” (Reis, 2016, p. 19).

usos que dela fazem os escritores de referência. Cria-se assim um sistema em que língua e literatura se retroalimentam, contribuindo para o prestígio mútuo.

Ora, como língua de arte e de cultura, ou, dito de outra forma metonimicamente simplificada, como língua literária, o português “situa-se atualmente num tempo e num contexto específicos: o tempo e o contexto pós-coloniais, atravessados por contradições e por impulsos provindos de experiências históricas e políticas que não é fácil (ou até que não é possível) harmonizar” (Reis, 2019, p. 16). Isto equivale a dizer que o português é hoje a matéria-prima de que se servem escritores oriundos de geografias dispersas e de contextos linguísticos e culturais heterogêneos que o usam como forma e substância das suas práticas literárias, recriando-o continuamente numa dinâmica de vitalidade impulsionada pela criatividade e pela inovação que em muito se devem à adoção de *formas de dizer locais*, tanto em termos lexicais, como sintáticos ou semântico-pragmáticos.

Daqui decorre a relevância dos usos literários do português para a sua afirmação como língua pluricêntrica, na medida em que tais usos permitem dar a conhecer as distintas variedades de um idioma que, sendo o mesmo, é diverso; ao mesmo tempo que dão visibilidade à pluralidade cultural do espaço lusófono/lusógrafa, marcado por realidades historicopolíticas e sociolinguísticas compósitas.

2. O(s) cânone(s) lusógrafa(s): especificidades e desafios

A diversidade das obras literárias criadas na pluricêntrica língua portuguesa vem dando origem à edificação de uma vasta biblioteca lusógrafa de cujo núcleo embrionário faz parte a literatura portuguesa, quer por prerrogativas de antiguidade, quer por se tratar do ponto de onde derivam as restantes que, ao longo dos séculos, se foram fundando e afirmando.

A literatura brasileira foi a primeira a destacar-se, constituindo-se a experiência linguístico-cultural do Brasil como o modelo para as demais autonomizações literárias em relação à literatura portuguesa. Nas palavras de Carlos Reis, “desde meados do século XVIII, amadurece e brota a independência do Brasil. Com ela criam-se as condições para a formação de uma nova literatura nacional” (Reis, 2019, p. 19). Cinquenta anos depois dessa data, Machado de Assis escrevia um texto no qual, se bem que manifestasse uma “consciência emancipatória inequívoca” e um “instinto de nacionalidade”, não deixava de reconhecer a relação umbilical que ligava a nova literatura à língua e à literatura-mãe da qual se libertava:

Sem prejuízo de nessa língua literária reconhecer, de forma um tanto concessiva, as “riquezas novas” potenciadas pela “transplantação” do português para a América, Machado continua fiel à “pureza da linguagem”, à lição dos clássicos e a referências canónicas europeias: Shakespeare, Dante, Goethe, Camões. (Reis, 2019, pp. 19-20)

Quanto às nações africanas que escolheram manter o português como língua oficial após a obtenção da independência, as suas literaturas manifestam-se maioritariamente na língua do ex-colonizador, o mesmo acontecendo em Timor-Leste, último país da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) a granjear a soberania e também aquele cujo sistema literário apresenta ainda maiores fragilidades. Seria expectável que estas literaturas emergentes, anticolonialistas e nacionalistas, adotassem as línguas nativas como línguas literárias (Aguar e Silva, 2020). Todavia, a escolha de escritores angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, timorenses e são-tomenses recaiu sobre a língua do antigo colono, da qual legitimamente se apropriaram, como detentores de pleno direito, para a moldarem “à medida das necessidades dos novos contextos, dando assim um contributo inestimável para garantir a vitalidade quer da língua – tornando-a verdadeiramente pluricêntrica –, quer do sistema literário que se alargou numa lógica rizomática em que a diferenciação das normas e dos usos, longe de pôr em causa a unidade sistémica da língua, antes reforça a sua elasticidade e plasticidade” (Ramon, 2021, p. 165).

A multiplicidade de criadores e de criações literárias em língua portuguesa coloca inevitavelmente a questão do cânone. Desde o último quartel do século XX, esta questão tem instigado acesos debates, sobretudo quando associada aos conceitos de *lusofonia/lusófono*. São, com efeito, dois termos polémicos e que tendem a galvanizar os discursos. Em relação ao primeiro termo, as posições oscilam entre os que associam o conceito de cânone ao de *clássico*, ou seja, às obras e aos autores considerados modelares porque tidos como expoentes máximos de uma dada cultura e veículos de transmissão do ideal estético (e ético) dominante

³ Referindo-se à realidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Mia Couto dá conta dessa apropriação e transformação do português metropolitano, dizendo: “O português vai-se deslocando do espartilho da oficialidade para zonas mais íntimas [...]. Em Moçambique, como aliás em Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Guiné-Bissau existe uma relação descomplexada com a língua portuguesa. [...] Os povos das ex-colónias portuguesas assaltaram o português, fizeram do idioma estrangeiro, algo que vai sendo cada vez mais da sua propriedade” (Couto *in* Cristóvão, 2008, p. 32).

numa comunidade. Em lado oposto, situam-se os que, não se revendo nessa visão conservadora, reclamam a abertura do cânone às “diferenças de género, [às] diversidades étnicas, [à] pluralidade das orientações sexuais, etc.” (Aguiar e Silva, 2020, p. 116).

Por seu turno, o conceito de *lusofonia* conta também com tantos defensores quantos detratores. Do lado dos que sustentam uma posição lusófoba, o argumento mais utilizado é o de que a lusofonia não passa de um projeto cultural neocolonial e neo-imperial que apenas pretende superar o trauma da perda material das antigas possessões coloniais por meio da imposição da supremacia dos valores imateriais da língua e dos referentes culturais que através dessa língua são veiculados; tratar-se-ia de prolongar o domínio de Portugal sobre os restantes países que compõem o universo das antigas colónias, desde feita através da hegemonia da língua portuguesa por meio da qual se criaria uma falsa sensação de comunidade unificada (Margarido, 2000; Cahen, 2013). Pelo contrário, os que assumem uma posição lusófila encaram a lusofonia como um espaço geopolítico ocupado pela língua portuguesa no conjunto da sua unidade e variedades, defendendo que se trata de “um facto indesmentível, o da vontade dos oito países em utilizarem o português como sua língua, materna ou oficial, e que, por ela e por uma história comum, se sentem ligados uns aos outros como grupo sócio-cultural que procura também organizar-se em grupo político” (Cristóvão, 2008, p. 32). Configura, pois, um ato de vontade que levou nações independentes e regiões pertencentes a outros países a adotarem o português como sua língua materna, segunda, de herança ou patrimonial.

Daqui decorre a ilação lógica de que mais adequado do que falar num cânone lusófono/lusógrafo, é optar-se por usar a expressão no plural, i.e, considerar-se a existência de cânones lusófonos/lusógrafos.

Não cabe aqui determo-nos em considerações pormenorizadas sobre a origem e a evolução semântica do lexema *cânone* e suas múltiplas adjetivações. Mais pertinente se torna esclarecer desde já que empregamos o sintagma como forma de nos referirmos ao processo de constituição dos universos literários em língua portuguesa, ou seja, fazendo-o equivaler à noção de *biblioteca* onde se depositam e catalogam as produções literárias em português. Ora, a constituição de uma qualquer biblioteca tem subjacente um processo seletivo que leva à admissão de uns autores e obras e à exclusão de outros, bem assim como à

⁴ Fizemo-lo já em trabalhos anteriores (Cf. Ramon, 2009; Ramon, 2021).

escolha dos lugares de maior ou menor destaque concedidos a cada núcleo que compõe o acervo total. Tais operações fazem-se a partir da aplicação de critérios de valor acionados pelas designadas *instâncias legitimadoras do cânone*, a que Aguiar e Silva se refere da seguinte forma:

O processo e a lógica da escolha dos textos e dos autores canônicos têm permanecido fundamentalmente idênticos aos da época helenística: são agentes individuais e institucionais, detentores de poder e de influência nos domínios da língua e da literatura – escritores, críticos, filólogos, gramáticos, historiadores e teorizadores literários, antólogos, professores, escolas, universidades, academias, editoras, jornais, revistas, etc., que propõem, consagram e difundem cânones. (Aguiar e Silva, 2020, p. 118)

A identificação e a seleção das obras e dos autores que integram o cânone têm sempre implícita uma visão simultaneamente valorativa e normativa. Por um lado, a escolha das obras e dos autores considerados modelares define o centro e a periferia de uma dada cultura linguística e literária. Assim, os autores do centro detêm uma autoridade que advém do valor que lhes é reconhecido pela comunidade, enquanto aos autores da periferia é atribuído um papel subalterno que decorre precisamente da sua *ex-centricidade*, i. e., do seu grau maior ou menor de afastamento de centro. Por outro lado, os autores do centro impõem-se como norma, o que pode implicar uma de duas consequências: ou espelhar uma visão etnocêntrica do *cânone* ou, pelo contrário, incentivar percursos que vão do nacionalismo ao cosmopolitismo, proporcionando interessantes diálogos interliterários e interculturais.

Quando aplicadas ao contexto lusófono, as considerações que acabam de ser feitas adquirem contornos próprios decorrentes das dinâmicas históricas de relacionamento dos países que compõem a CPLP. Ao falar-se de cânone lusófono/lusógrafo está-se a remeter para um conjunto de produções literárias cujo denominador comum é precisamente a língua em que são escritas. Porém, como acontece com as variedades linguísticas, também o peso e o reconhecimento atribuídos a estas literaturas estão longe de ser equitativos, seja nos círculos culturais lusófonos, seja nos não lusófonos, porquanto se verificam desequilíbrios na contribuição que cada literatura dá para a caracterização do campo literário em língua portuguesa. Criam-se desta forma territórios simbólicos em que autores e obras surgem representados de modo muito desigual.

Quando se faz incidir o foco da atenção crítica sobre a literatura lusófona produzida no continente asiático, a situação reveste-se de particularidades muito próprias. Neste espaço geográfico-cultural, Timor constitui um caso à parte, vendo-se a sua literatura relegada para uma posição bastante subalternizada, até porque a jovem nação timorense não parece ter encontrado ainda a disponibilidade necessária, nem de vontades nem de recursos, para a definição e o desenvolvimento de políticas culturais estruturadas e consistentes. Deste modo, pese embora a existência de manifestações literárias quer orais, quer escritas, surgidas tanto durante o período colonial, como após a independência, estas permanecem quase desconhecidas não só para muitos dos que fazem parte dessa vasta comunidade histórica, linguística, política e cultural designada CPLP, como também para grande parte dos próprios cidadãos timorenses, entre os quais prevalecem níveis elevados de baixa escolarização ou mesmo de iliteracia.

Em relação a Macau, o outro território oficialmente lusófono no contexto geopolítico asiático, a realidade não se apresenta comparável, sendo-o apenas no que diz respeito ao generalizado grau de desconhecimento, fora dos círculos especializados, daquilo a que se pode chamar *literatura macaense de língua portuguesa* que leva a que, sistematicamente, tal literatura seja ignorada quando se trata de rastrear as obras e os autores do cânone lusófono. Todavia, é atualmente reconhecida a existência de um robusto sistema cultural em Macau de que o sub-sistema literário é uma manifestação não negligenciável.

3. O contributo da literatura de Macau para o cânone lusógrafa

Com o desembarque dos portugueses em Macau, no século XVI, em pleno período dos Descobrimentos, iniciou-se uma era de contactos luso-chineses que, em termos de produção literária, deu origem a uma “multiplicidade de obras, concebidas em circunstâncias diversas, fortemente determinadas pelas vivências dos autores, e apresentando perspetivas distintas” (Cavaco & Sequeira in Morais *et alii*, 2018, p. 137). Entre tais obras, encontram-se aquelas que, no seu conjunto, constituem a literatura de Macau.

Adotamos uma formulação determinativa em detrimento do recurso ao adjetivo *macaense* porque consideramos não só textos escritos por autores macaenses,

⁵ O termo “macaense” designa os “filhos da terra”, isto é, os descendentes euroasiáticos de famílias portuguesas enraizadas em Macau, produto da miscigenação de chineses com

como também textos versando sobre temática local ou ambientados em cenário de Macau. Cumulativamente, circunscrevemos as nossas observações aos textos produzidos e divulgados em língua portuguesa. Nesta decisão, acompanhamos José Carlos Seabra Pereira a quem se deve uma preciosa obra de ensaio ao longo de cujas mais de quinhentas páginas se percorre um eixo temporal que vai desde os Quinhentistas Luís de Camões e Fernão Mendes Pinto aos atualíssimos poetas e narradores que, neste século XXI, dão continuidade à tradição literária em língua portuguesa nesse longínquo território ancorado na foz do rio das Pérolas.

Seabra Pereira evoca Pierre Bourdieu para definir como sendo de Macau “uma literatura gerada e promovida em Macau, quase sempre aí editada e apreciada criticamente, e aí tendendo a constituir o seu próprio cânone (dialeticamente fruto e penhor da sua singularidade)” (Pereira, 2015, p. 7). Acrescenta o ensaísta que a classificação de uma dada obra literária como sendo de Macau “não decorre necessariamente do nascimento do escritor em Macau [...] nem da eleição de temática peculiarmente macaense [...]” (Pereira, 2015, p. 9). Embora também comporte tais casos, essa literatura define-se antes enquanto “criação estético-literária de autores que em Macau se descobrem ou afirmam escritores em língua portuguesa” (*idem, ibidem*).

Na verdade, falar da literatura de Macau implica considerar um espaço territorial que, embora diminuto em termos meramente geográficos, apresenta uma riquíssima diversidade de formas de viver, falar e pensar, de que a criação literária se faz eco. Por isso, definir e caracterizar a literatura de Macau revela-se uma tarefa desafiante, “visto que se trata de um fenómeno complexo quer pelas suas tradições poéticas, quer pelas línguas em que se expressa, quer ainda pela origem dos escritores” (Cristóvão, 2007, p. 667).

Procurar encontrar elementos para rastrear a atividade literária em Macau ao longo dos tempos implica reconhecer a fragilidade que a caracterizou durante largo período da presença portuguesa no território. Apesar do empenho colocado na manutenção dessa presença e no desenvolvimento da própria cidade,

portugueses, os quais constituem uma síntese das relações interculturais entre o Oriente e o Ocidente. Porém, é possível encontrar outras aceções para o adjetivo, fruto de uma evolução semântica que parece acompanhar também as próprias mutações socioculturais que se verificam com a passar dos tempos. No *Dicionário Temático da Lusofonia* diz-se que o vocábulo “designou primeiro os euroasiáticos de sangue português, estendeu-se aos chineses com instrução e cultura portuguesas, e apresenta-se agora como conceito multicultural englobante de todos os nativos e habitantes, o que tende a acentuar Macau como experiência da diferença” (Cristóvão, 2007, p. 667).

a comunidade portuguesa confrontou-se sempre com a consciência da sua fragilidade diante do gigante chinês, decorrente quer da gritante inferioridade numérica, quer da distância da colónia em relação à metrópole. Segundo Maria Barras Romana, “até cerca da década de oitenta do século passado não existiam instituições integradoras da vida literária nem sequer se pode considerar a existência dessa vida na medida em que não existiam academias, escolas de estudos superiores, enfim, instituições e agentes do facto literário” (Romana, 2017, p. 73).

Isso explica certamente o sentimento de “solidão” confessado por Henrique de Senna Fernandes, justamente considerado “no que respeita à ficção, o [autor] mais prolífico e também o que apresenta a obra que mais se ajusta ao cânone ou percurso lusófono” (Venâncio, 2006, p. 10). Senna Fernandes partilhava a opinião de que “em Macau nunca houve uma comunidade literária portuguesa”, acrescentando que se “durante a administração portuguesa houve uma atividade editorial mais intensa”, tal não justificava a existência de uma literatura macaense, em todo o caso “escassa e pouco conhecida fora da própria comunidade” (Romana, 2017, pp. 76-77).

Pese embora a lamentada e lamentável invisibilidade da produção literária associada a esta pequena comunidade lusófona ancorada no longínquo Oriente, a verdade é que não se pode ignorar a existência de textos, sobretudo narrativos e líricos, que, desde os primeiros contactos dos portugueses com o território, dão testemunho de vivências, perceções e apreciações através das quais os seus autores constroem uma imagem identitária, muitas vezes idealizada e simbólica, que permite situar Macau face ao mundo e aos restantes espaços lusófonos. Este afã de textualização conheceu um impulso renovado na sequência do processo de restituição do território macaense à China, não sendo descabido considerar que a escrita literária se afirmou como uma “forma de fazer perdurar o lugar/emoção, a Matria, o reforço de um traço identitário que, tal como o renascer do *pátoà*, a partir de 1994, se deveu à emergência da distinção da comunidade como única, num momento em que o quadro político-administrativo obrigava os seus membros a tomar consciência da perda” (Romana, 2017, p. 78).

Tendo em conta o cenário esquissado, e numa tentativa de sistematização do contributo dado pela literatura de Macau para a constituição de um cânone lusófono, é possível, pois, propor uma tipologia para os autores de língua portuguesa que dela fazem parte, agrupando-os em cinco categorias que expandem a sugestão feita por Paulo Jorge Cavaco e Rosa Maria Sequeira a propósito do universo mais vasto das produções luso-chinesas. Segundo a proposta que aqui

apresentamos, tal tipologia compreende 1) autores não contemporâneos de relatos de viagens, de que seria magno exemplo Fernão Mendes Pinto; 2) autores portugueses com estadias mais ou menos longas em Macau (de Camões e Bocage a Camilo Pessanha, Wenceslau de Moraes ou Maria Ondina Braga); 3) autores portugueses que, mesmo sem terem necessariamente conhecimento de experiência feita da realidade macaense, produzem obras que contêm referências a Macau, nomeadamente ambientando aí as intrigas das suas ficções, de entre os quais se podem citar Agustina Bessa Luís, Altino do Tojal, João Aguiar ou Miguel Real; 4) autores luso-macaenses ou produtores de literatura macaense em português, como Henrique Senna Fernandes, Deolinda da Conceição ou Rui Rocha; e 5) autores chineses que escrevem em português como James Li ou Yao Feng.

Trata-se certamente de um conjunto heterogéneo que reúne autores e obras com desigual valor intrínseco e patrimonial. Todavia, pensamos que a sua identificação e categorização podem constituir um princípio metodológico a partir do qual se desenvolvam outros estudos tendentes a identificar os escritores e os textos que melhor se imponham como representativos da comunidade etnocultural em causa, contribuindo para “preservar, organizar e ordenar a sua memória, o seu passado e a sua herança linguístico-literária” (Aguiar e Silva, 2010, p. 243), ou seja, o seu cânone.

4. A literatura de Macau como recurso didático

De entre as diversas possibilidades de dar a conhecer as obras e os autores da biblioteca lusógrafa, contribuindo para contrariar o desconhecimento a que muitos são votados por serem considerados *marginais* (i.e. à margem do centro) e, como tal, relegados para as estantes mais inacessíveis dessa biblioteca, o seu aproveitamento didático surge talvez como a forma mais eficaz de o fazer. De facto, a instituição escolar desempenha um papel determinante enquanto instância legitimadora do cânone já que, através das aplicações pedagógicas que promove, tem o poder de estabelecer “restrições canónicas e hermenêuticas” (Buesco, Duarte & Gusmão, 2001), não apenas porque determina que obras e que autores devem ser conhecidos e lidos, mas também porque indica, ou até mesmo impõe, modelos e práticas de exegese textual. É neste sentido que Carlos Reis defende a existência de um cânone escolar “como instrumento heurístico e como [...] referência cultural” (Reis, 2019, p. 23), chamando do mesmo passo a atenção para a necessidade de assegurar duas condições:

Uma, que ele não seja encarado como um elenco imutável de autores e de obras, recusando, desse modo, a historicidade que dinamiza e fecunda a produção literária; outra, que ele não sirva para recuperar artificialmente hegemonias perdidas, porque a História não se detém e a memória coletiva que suporta o cânone vai mudando e renovando os seus critérios de gosto. (Reis, 2019, pp. 23-24)

Com base no trabalho já citado de José Carlos Seabra Pereira (2015), dedicado à história crítica da literatura de Macau, cabe aqui referir Deolinda da Conceição e o seu livro de contos, publicado em 1956, intitulado *Cheong-Sam (A Cabaia)*, obra que é apontada como um marco para a literatura macaense, bem como para a alteração do posicionamento desta dentro do sistema literário lusófono.

Na verdade, naquela segunda metade do século XX, Deolinda da Conceição assume-se como escritora e enquanto autora, aceitando expor-se às regras que regulam os “mecanismos de difusão, apreciação crítica e aquisição ou abandono” (Pereira, 2015, p. 183) das criações literárias. A sua atitude constituiu uma rutura face a práticas anteriores de escrita feminina entendida como entretenimento e diversão, o que “surpreendeu o mundo dos homens”:

Como escritora vai aos poucos ganhando terreno. A sociedade repara na intrusa que vai penetrando no seu território e ela vai-se impondo e vai ganhando autonomia. Aos poucos deixa o papel de subalternidade e passa a controlar o seu destino e até o daqueles que a não tinham levado a sério. (Morais *in* Conceição, s.d., p. 14)

Por outro lado, este livro de contos mereceu a atenção de João Gaspar Simões que se lhe referiu em recensão crítica publicada em periódico da metrópole o que, por si só, “marca data diferenciadora na história da literatura macaense, pois corresponde ao romper de cerco nas fronteiras do Território recôndito e ao acesso ao direito de receção num âmbito universal” (Pereira, 2015, p. 184).

A obra é composta por 27 contos curtos, nos quais a autora aborda “temas e motivos de índole social e ética até aí esquecidos ou evitados pela literatura macaense” (Pereira, 2015, p. 183). Os temas tratados centram-se na análise dos modos de viver das comunidades que habitam Macau, as suas crenças, costumes

⁶ À exceção do primeiro conto, que dá título ao volume, todos os restantes não têm mais de três ou quatro páginas.

e formas de subsistência, com particular destaque para a condição da mulher oriental, cuja imagem oscila entre o poder de sedução marcado pelo exotismo e a submissão, resignada e fatalista, a condições impostas pelas circunstâncias ou pelo destino.

Do ponto de vista compositivo, os textos dão conta da habilidade da autora, capaz de dominar as técnicas características do género e de jogar habilmente com as assincronias entre tempo da diegese e tempo do discurso, por forma a criar efeitos narrativos que vão além da linearidade do encadeamento das peripécias que compõem as tramas ficcionais. Cabe ainda notar que, para além das referências culturais de raiz etnográfica, a autora insere nos seus contos várias expressões chinesas cujo significado é dado em notas de rodapé, permitindo assim ao leitor o acercamento a uma realidade linguística e vivencial característica deste território lusófono, geográfica e culturalmente afastado dos demais espaços de língua portuguesa.

Trata-se, pois, de contos dotados de elevado valor estético e ético, capazes de provocar reações emotivas em quem os lê, mas também aptos a incentivar os estudantes-leitores a refletirem criticamente sobre os cenários ficcionais que lhes são propostos e a posicionarem-se perante eles enquanto atores sociais, permitindo dessa forma alcançar objetivos quer instrucionais, quer educativos. Assim, quer pela sua curta extensão, quer pelas qualidades intrínsecas, quer ainda pelas particularidades que evidenciam em termos linguísticos e culturais, estes contos afiguram-se como recursos didáticos de grande potencial, permitindo abordagens ancoradas no binómio língua-cultura, com efeitos simultaneamente ao nível do desenvolvimento de competências linguísticas e literárias. Se, por um lado, eles garantem o contacto com uma das variedades locais do português enquanto língua pluricêntrica que ganha especificidades próprias pelo contacto com as outras línguas em uso nos diversos territórios onde é falado, por outro, dão a conhecer manifestações literárias não hegemónicas mas cujo contributo para a construção da biblioteca lusógrafa é inequívoco.

5. Considerações finais

Defendeu-se ao longo deste artigo que o português é uma língua pluricêntrica, usada por escritor oriundos das mais diversas latitudes para darem expressão ao seu ímpeto criativo traduzido através da arte verbal. O peso e o apreço atribuídos às literaturas lusógrafas, quer no contexto da comunidade dos países

e das regiões de língua portuguesa, quer nos círculos culturais não lusófonos, é profundamente desigual, fruto de dinâmicas de aceitação e rejeição, de sobrevalorização ou de depreciação de umas literaturas sobre as outras, criando assim acentuadas assimetrias dentro do(s) sistema(s) literário(s) de língua portuguesa.

De todas as literaturas que o integram, aquelas produzidas no continente asiático, mormente em Macau, são as menos (re)conhecidas pela restante comunidade. Porém, nessa região do longínquo Oriente, produzem-se obras que, quer observadas no seu devir diacrónico, quer analisadas sincronicamente, apresentam visões muito interessantes sobre Macau, os seus povos, os seus usos e costumes, num retrato que põe em relevo a dimensão multicultural do território onde chineses e portugueses convivem há mais de cinco séculos, estabelecendo diálogos interculturais entre Oriente e Ocidente. A literatura de Macau faz-se eco das experiências vivenciais, coletivas ou singulares, dos seus autores, os quais dão forte contributo para que a língua portuguesa continue a enriquecer-se pelo contacto com outras literaturas e outras oralidades.

Por este e por muitos outros motivos, a literatura de Macau pode ser frequentemente colocada nas margens da criação literária em língua portuguesa, não figurando no cânone lusófono “de acordo com os meios de reconhecimento, legitimação e valorização do seu funcionamento institucional” (Pereira, 2015, p. 9). Porém, serão sempre do interesse de todos, mormente dos membros da comunidade lusófona, as ações desenvolvidas em prol da sua divulgação e promoção, muito particularmente as levadas a cabo em contexto pedagógico-didático, pois só com a aceitação de obras e de autores oriundos de todos os quadrantes do espaço da lusofonia se poderá garantir uma efetiva representatividade das variedades do português, assegurando-lhe assim a manutenção do estatuto de língua pluricêntrica de arte e de cultura.

Referências bibliográficas

- Aguiar e Silva, V. (2010), *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- Aguiar e Silva, V. (2020). *Colheita de Inverno. Ensaios de teoria e crítica literárias*. Coimbra: Almedina.
- Buesco, H., Duarte, J. F., & Gusmão, M. (2001). *Floresta Encantada. Novos caminhos da literatura comparada*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Cahen, M. (2013). Portugal is in the sky: conceptual considerations on communities, lusitanity and lusophony. In E. Morier-Genoud & M. Cahen (Eds.), *Imperial Migrations:*

- Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World* (pp. 297-315). Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Cavaco, P. J. T. & Sequeira, R. M. (2018). O Conto dos Chineses de Cardoso Pires: Imigrantes Chineses na Literatura Portuguesa. In C. Morais et alii (Eds.) *Diálogos Interculturais Portugal-China 1* (pp.137-147). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Cristóvão, F. (2008). *Da Lusitanidade à Lusofonia*. Coimbra: Almedina.
- Cristóvão, F. et alii (2007). *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores.
- Margarido, A. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Morais, I. (s.d.). Deolinda, mulher pioneira. In D. Conceição, *Cheong-Sam (A Cabaia)* (pp. 13-15). Macau: IPOR.
- Pereira, J. C. S. (2015). *O Delta Literário de Macau*. Macau: Instituto Politécnico de Macau.
- Romana, M. B. (2017). *Para uma Literatura da Identidade Macaense. Autores/Atores*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau.
- Ramon, M. (2009). As leituras do cânone no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário. In *Schola*, n.º 17 (pp. 99-104). Barcelos: Escola Secundária/3 de Barcelinhos / Câmara Municipal de Barcelos.
- Ramon, M. (2021). *Estante de autor*. Reflexões em torno da definição de um cânone lusógrafo para o ensino de PLE. In N. A. Rocha & R. S. S. Gileno (Orgs.), *Português Língua Estrangeira e suas Interfaces* (pp. 159-177). Campinas SP: Pontes Editores.
- Reis, C. (2019). O Português como Língua Literária: Aporias e Desafios em Tempo Pós-colonial. In M. Teixeira (Org.), *Estudos da Língua Portuguesa - A União na Diversidade* (pp. 15-32). Santarém: Instituto Politécnico de Santarém / Escola Superior de Educação.
- Reis, L. M. (2016). Implicações do conceito de língua pluricêntrica para a promoção do português e para o processo de ensino-aprendizagem de PLE-PL2. In L. Gonçalves (Org.), *O Ensino de Português como Língua Estrangeira. Reflexões sobre a prática pedagógica* (pp. 15-27). Roosevelt, NJ: Boavista Press.
- Reto et alii (2020). *A Língua Portuguesa como Ativo Global*. Lisboa: IN-CM / Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.